

Entrevista com Rui Costa - Cabeça de Lista pelo Bloco de Esquerda

17-May-2011

1 - O desenvolvimento económico do país tem dominado o debate político nos últimos tempos. Quais são as principais prioridades para o distrito de Viseu? Em que medida a introdução de portagens na A25 e A24 pode afectar a vida das pessoas e o tecido económico da região?

As prioridades do Bloco de Esquerda para o Distrito de Viseu consubstanciam-se na promoção do desenvolvimento económico e social e na fixação de populações. Procuramos, sobretudo, criar condições para a criação de emprego e riqueza, seja através de infraestruturas de comunicação e transportes, seja através do desenvolvimento de medidas e programas que beneficiem tal objectivo, como sejam a criação de um banco de terras, o aproveitamento dos recursos geo-termais ou a recuperação do património cultural.

Por isso, defenderemos de forma intransigente as acessibilidades da nossa região, enquanto motor de desenvolvimento económico. Acessibilidades que visem criar riqueza e postos de trabalho, pelo que o portajamento da A 24 e da A 25, para não ser uma medida a revogar de imediato, pois não há razoabilidade na mesma: sem vias alternativas, essa solução encarecerá o preço quer dos produtos destinados ao consumo das populações abrangidas, quer um encarecimento das produções locais, traduzindo-se numa grande desvantagem competitiva para a nossa produção.

Mais, o portajamento da A 24 e da A 25 traduzir-se-há numa redução salarial extra para todos aqueles que por essas vias circulam para trabalhar todos os dias. Lamentavelmente, não é esta a perspectiva dos actuais nove deputados eleitos por Viseu. Por isso urge dar voz a quem dá voz ao distrito.

2 - Das medidas agora anunciadas e contidas no memorando de acordo com a Troika qual é a que considera mais positiva e a mais negativa? Que impacto as medidas impostas pela Troika terão na vidas das pessoas e das empresas no distrito?

A medida mais positiva é a renegociação das Parcerias Público Privadas, que se traduzem numa forma de financiamento do estado com taxas de juro de 10%, 12% e mais, ao longo dos últimos anos. Infelizmente este é também o ponto menos claro quanto à sua aplicação do memorando.

A mais negativa, se tal escolha fosse alvo de um concurso, não me atreveria a adivinhar a vencedora...

As medidas deste memorando são medidas recessivas e terão nefastas consequências na economia e no quotidiano das pessoas e empresas da região. Traduzir-se-há num injusto aumento da carga fiscal e da perda de rendimento daqueles que pagam sempre as crises: famílias menos favorecidas e classe média. Os bancos, com lucros chorudos, esses terão desde logo a sua disposição 12 mil milhões de euros...

À

In Gazeta da Beira